



ACORDO ORTOGRÁFICO

Débora Santos Oliveira^{*}

Elizete Florentino de Mello^{**}

RESUMO

Este estudo foi realizado pelas acadêmicas do segundo semestre de Licenciamento em Letras, na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), com o intuito de realizar uma pesquisa que evidenciasse todas as etapas da 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP). Com a aplicação deste estudo ficou claro que o Acordo Ortográfico teve como seu principal objetivo tentar unificar a língua, procurando assim facilitar os acordos econômicos e políticos internacionais. Observou-se no decorrer dos estudos que houve resistências oriundas dos países envolvidos pelo acordo, e que tais resistências adiaram o seu vigor, tendo em vista que era necessário o aval da maioria dos envolvidos. Evidentemente a língua é um fator de discordância, pois é ela que define a autonomia de uma nação, a unificação da língua na sua forma escrita é um benefício a todas as nações que só será valorizado após serem tomadas as devidas adequações. O estudo enfatiza que toda mudança sofre com impactos, toda mudança gera desconforto e desagrada a muitos, porém é necessária e irrevogável, ou seja, sendo o acordo bom ou não, trazendo benefícios ou não ele existe e terá que ser aplicado e cabe aos países lusófonos se adequarem a tal situação.

Palavras-chave: Acordo Ortográfico. Países Lusófonos. Língua. Unificação.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste em apresentar a 5ª edição do **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)** e demonstrar as causas e efeitos que levaram à aprovação do

^{*} Acadêmica do curso de Letras, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

^{**} Acadêmica do curso de Letras, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

projeto. Optou-se metodologicamente por uma pesquisa bibliográfica, por acreditar que desta maneira seriam adquiridos subsídios satisfatórios para a apresentação deste trabalho científico. Sendo assim, o estudo foi fundamentado de acordo com o discurso governamental com um texto elaborado pela (ABL) Academia Brasileira de Letras, no prólogo da 5ª Edição do **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Texto este que apresenta a proposta do novo acordo e defende a posição do governo brasileiro com argumentos que defendem a proposta deste governo. Evidenciando que o acordo entre os países lusófonos (Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) aconteceu de maneira não muito harmoniosa, tendo em vista que a língua foi usada como uma forma de imposição do Brasil diante dos demais países envolvidos.

2 ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA: os primeiros passos de uma unificação linguística

O artigo evidenciará que num primeiro momento a unificação da língua foi aprovada em Lisboa, mais precisamente em 12 de outubro de 1990, e desse momento em diante várias questões passam a serem analisadas, e em certos momentos criticadas devido à maneira pela qual tal situação foi conduzida pelos seus representantes.

Considera-se que o **Vocabulário Ortográfico de Língua Portuguesa (VOLP)** seja um levantamento das palavras utilizadas na língua portuguesa indicando sua grafia, prosódia, ortoépia, classe gramatical dentre muitas outras informações utilizadas pelos falantes da língua portuguesa. Após várias tentativas de se unificar a ortografia da Língua Portuguesa, a partir de 1º de janeiro de 2009 passou a vigorar no Brasil e em todos os países da (CLP) Comunidade de Países da Língua Portuguesa, o período de transição para as novas regras ortográficas que se finaliza em 31 de dezembro de 2012.

Por iniciativa da Academia Brasileira de Letras, em consonância com a Academia de Ciências de Lisboa, com o objetivo de se minimizarem os inconvenientes desta situação, foi aprovado em 1931 o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e Brasil.

Ao mencionar as palavras “inconvenientes desta situação” o autor deste novo acordo vem nos dizer que apesar dos dois países tentarem “fazer as pazes” no sentido da escrita, e tão sonhadas unificação não foi possível com este acordo, a reforma não se estendeu até o Brasil, portanto, em 1915, a ABL buscou harmonizar a ortografia brasileira com a ortografia portuguesa, mas tal decisão fora revogada em 1919. Depois de ditos e não escritos em cada

país, e do acordo de 1931, que nunca saíra do papel; em 1943, em Lisboa, é realizada uma reunião entre Brasil e Portugal para o planejamento de padronização dos vocábulos.

Deste encontro resultou o Acordo Ortográfico de 1945, que não fora ratificado pelo Brasil, mantendo-se em nosso país as regras da ABL de 1943. Nos anos 70, foram promulgadas alterações ortográficas no Brasil, aproximando nossa escrita à portuguesa, o mesmo foi realizado em Portugal em 1973.

No processo de constituição da nação brasileira, numa ligação direta língua x nação, diversas propostas de elaboração foram apresentadas, começando pelo primeiro Diretório dos Índios, elaborado em 1755, mas só se tornou público em 1757. É um documento que expressa importantes aspectos da política indígena do período da história de Portugal e do Brasil denominado pombalino. Esse nome deriva do título nobiliárquico de Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, poderoso ministro rei de Portugal D. José I. Mendonça Furtado, que assina a redação dos 95 artigos deste regimento, era irmão do Marquês e com ele tocou significativa correspondência sobre a administração do Grão-Pará e Maranhão, Estado que governava. Destaca-se no Diretório a intenção do governo do Reino de Portugal, nesta época, de evitar a escravização dos índios, sua segregação, seu isolamento e a repressão ao tratamento dos indígenas como pessoas de segunda categoria entre os colonizadores e missionários brancos. O documento estabelece, entre outras medidas, a proibição do uso do termo “negro”, o incentivo ao casamento de colonos brancos com indígenas, a substituição da língua geral pela língua portuguesa, e punição contra discriminações.

A ideia dos portugueses era mostrar aos índios que eles eram livres e não seriam escravizados, desta forma já estavam impedindo que os indígenas tivessem uma memória viva de sua língua, porém não seria possível torná-los cidadãos para que não ficasse em igual condição com os colonizadores.

Bethania Mariani assim se expressa (2004, p. 33):

A língua portuguesa, instituição da nação portuguesa, foi institucionalizada na colônia, ou seja, foi necessário um ato político-jurídico o já mencionado Diretório dos Índios – para institucionalizar, oficializar de modo impositivo que era essa, a língua que devia ser falada, ensinada e escrita, exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na corte.

No decorrer dos anos foram publicadas mais cinco edições do acordo, e este artigo tratará especificamente da apresentação da quinta edição.

Assim se expressa Cicero Sandroni, Presidente da Academia Brasileira de Letras apresentando a 5ª Edição do **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**:

Esta 5ª edição do Vocabulário Ortográfico Da Língua Portuguesa (VOLP) incorpora as bases do acordo ortográfico da língua portuguesa aprovado em Lisboa aos 12 de outubro de 1990 pela academia das ciências de Lisboa, pela academia brasileira de letras e por delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, com adesão da delegação de observadores da Galiza, com esse projeto aprovado, a língua portuguesa deixa para trás a condição de ser um idioma cujo peso cultural e político encontra na vigência de dois sistemas ortográficos oficiais, incômodo entrave a seu prestígio e difusão internacional.

Entende-se assim que o acordo ortográfico tira os países de sua zona de conforto em relação a língua, e afirma que “encontra na vigência de dois sistemas ortográficos oficiais, incômodo entrave a seu prestígio e difusão internacional”.

Nas formulações “incômodo” e ‘entrave’ quando pensadas em relação a “prestígio e difusão internacional” podemos afirmar que o Brasil ao impor este acordo, pensou tão somente nas relações internacionais, ou seja, só pensou nas relações fora e não dentro de sua nação, pois não foi levado em consideração o incômodo causado para a sociedade brasileira como a dos demais países no processo de adaptação de cada país em relação ao acordo ortográfico.

Um dado que explicita o que foi relatado logo acima é o de que o Brasil sofrerá uma alteração 0.5% das palavras, enquanto Portugal e os demais países lusófonos terão uma alteração de 1,6%.

No Brasil essas alterações e adaptações estão sendo realizadas desde 2009, o que não acontece nos demais países devidos suas resistências à aplicação do novo acordo.

Segundo Bethania Mariani (2004, p. 133):

A questão da língua também é tematizada direta e indiretamente em determinadas ordens reais, encontrando-se na maioria das vezes atrelado à questão religiosa e à da vassalagem. Trata-se de uma legislação oscilante, que ora enfatiza o ensino do português, ora incentiva o conhecimento da língua geral, ora, salomonicamente, tenta conciliar ambas.

O Artigo 2º do Acordo Ortográfico acorda o seguinte:

Os Estados signatários tomarão, através de instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1º de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere as terminologias científicas e técnicas.

Quando se refere ao que foi acordado em conformidade com o artigo segundo do acordo ortográfico, mais precisamente no trecho: “tão completo quanto desejável e tão

normalizador quanto possível, no que se refere as terminologias científicas e técnicas”, ele se refere ao acordo, como o mesmo sendo desejável a quem o elaborou e que tal acordo objetiva normalizar a escrita dos países que tem a língua portuguesa como oficial, e que tal acordo pretende fazer todas as mudanças e adequações de maneira normalizadora no que diz respeito os termos técnicos e científicos.

Porém em nenhum momento, nos artigos do acordo são mencionados os transtornos que serão enfrentados pelos membros das nações atingidas pelo VOLP.

O acordo ortográfico não foi elaborado somente com o intuito de causar transtornos para os países lusófonos, mais sim para que a Língua Portuguesa que é a quinta língua mais falada no mundo, ao se unificar fortalecesse acordos internacionais expandindo assim o Português para o mundo, tonando assim possível à aproximação da escrita do Português também de sua forma falada, ou seja, o acordo tem o propósito de criar regras com o intuito de partilharem de uma mesma língua, essa oficial, criando um modelo ortográfico único.

3 CONCLUSÃO

A conclusão do estudo realizado no segundo semestre do curso de Licenciatura em Letras é que o acordo tem seus pontos positivos e negativos, mais independente da proporção de cada um desses pontos, todos os países lusófonos terão que se adequar ao novo acordo, pode-se observar que toda essa mudança tem como objetivo evoluir a Língua Portuguesa, exigindo adaptações desde conceitos mais conservadores até os mais atuais, assim a necessidade da correta assimilação das modificações ortográficas só será possível conforme o adequamento e conhecimento das instituições de ensino e de cada método utilizado para passar esses conhecimentos para os alunos e para o público em geral, sabendo-se que a partir de 1º de janeiro de 2013 só será aceito a escrita com as regras do novo acordo ortográfico.

Até mesma a Academia Brasileira de Letras, que é a instituição mais conservadora se abriu para a modernidade, por que não as demais?

Sendo assim conclui-se que o acordo ortográfico tem a finalidade de unificar a ortografia entre todos os países lusófonos, aumentando dessa maneira o prestígio internacional da Língua Portuguesa e num futuro bem próximo a sua expansão.

AGREEMENT ORTHOGRAPHIC

ABSTRACT¹

This study was developed by academics of the second semester of Degree in Letters of Mato Grosso State University (UNEMAT) with the aim to research all the steps of the 5th Edition of the Orthographic Vocabulary of Portuguese Language (VOLP). In this research we verified that the aim of the Orthographic Agreement was to unify the languages to facilitate the economics agreements and the international policies. During this study we notice that there was resistance from the countries involved by the Agreement and the resistance postponed the practice of the new orthography. This study emphasis that every change goes through tribulations, causes discomfort and displeases many people but this change of the language is necessary and irrevocable, in other words, being the orthographic agreement good or not, bringing benefits or not it exists and has to be applied and it's up to the lusophones countries adapt itself to the situation.

Keywords: Orthographic Agreement. Lusophones Countries. Language. Unification.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **VOLP**– Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. São Paulo: Global, 2009.

BETHANIA Mariani. **Colonização Linguística:** Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

¹ Tradução por Juliana Freitag Schweikart (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).